

Comitê Gestor da Estratégia Assessoria de Planejamento

APRESENTAÇÃO

O atual Plano Estratégico do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi construído a partir do desdobramento da Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional, conforme Resolução 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Desde sua construção, em 2015, o plano estratégico passou revisões com o objetivo de se manter atualizado, oportuno e capaz de atender as necessidades da Instituição e as demandas da sociedade.

Além das revisões periódicas, o monitoramento da estratégia também se apresenta como uma prática de suma importância. Por meio do monitoramento, busca-se verificar a aplicação efetiva da estratégia e o alcance dos objetivos através dos indicadores.

Para isso, o Comitê de Gestão Estratégica se reúne periodicamente para, durante a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), avaliar os resultados obtidos e propor correções nos pontos de desempenho regular e insatisfatórios.

Neste relatório pré-RAE, a Assessoria de Planejamento apresenta os resultados do segundo semestre de 2018, concentrando as atenções nos indicadores e projetos estratégicos com desempenho crítico, conforme levantamento realizado com as áreas responsáveis. Ademais, os dados estatísticos da Justiça Sul-mato-grossense também são apontados.

Reunião de Análise da Estratégia	4
Plano Estratégico 2015-2020	5
Direcionadores Estratégicos	6
Mapa Estratégico Sinalizado	7
Objetivos sem apuração no período	8
Objetivos com desempenho satisfatório	9
Objetivos com desempenho regular	11
Objetivos com desempenho insatisfatório	12
Análise dos Indicadores	13
Indicadores com desempenho satisfatório	13
Indicadores com desempenho regular	15
Indicadores com desempenho insatisfatório	17
Revisão do Plano Estratégico	26
Projetos Estratégicos	28
Projetos Estratégicos Concluídos	29
Projetos Estratégicos em Andamento	30
Projetos Estratégicos com Início Atrasado	31
Projetos Estratégicos por Secretaria	33
Dados Estatísticos	35
Para deliberar	48
Contatos	49



As Reuniões de Análise da Estratégia são voltadas ao monitoramento do desempenho organizacional para o alcance da estratégia. O enfoque é a discussão de dados que estejam críticos e a proposição de medidas que possam contribuir para a melhoria dos resultados.

Quem participa?

Participam da RAE os membros da equipe de liderança e os gestores da estratégia. Os responsáveis pela execução operacional de indicadores e projetos estratégicos também podem ser convocados para reunião com o objetivo de apresentar os dados e propostas para a construção de iniciativas estratégicas que possam alavancar os resultados, conforme solicitação da equipe de liderança.

Com que frequência?
Conforme orientação do CNJ, as Reuniões de
Análise da Estratégia devem ocorrer, pelo
menos quadrimestralmente.

Plano Estratégico 2015-2020

O Plano Estratégico 2015-2020, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, foi construído a partir da metodologia Balanced Scorecard, que traduz a estratégia em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos.

Os objetivos estratégicos demonstram as prioridades de atuação do Tribunal para o cumprimento de sua missão: "Prestação jurisdicional efetiva e transparente". Para cada objetivo, foram determinados um ou mais indicadores, que por sua vez, funcionam como "termômetros" dos objetivos.

As Reuniões de Análise da Estratégia examinam esses indicadores e os projetos estratégicos da organização para verificar o progresso, as barreiras e os riscos referentes à implementação bem-sucedida da estratégia.

Para maior compreensão da estratégia definida, alguns conceitos foram extraídos do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais, elaborado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP):





Missão

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser.
O critério de sucesso definitivo para uma organização é o desempenho no cumprimento da missão. A missão revela e comunica uma finalidade profunda e motivadora para todos os atores envolvidos com a realidade organizacional.

Visão

A visão é a idealização de um futuro desejado. Ela deve ser expressa de forma sucinta, inspiradora, pois deve sensibilizar as pessoas que atuam na organização, assegurando a sua mobilização e alinhamento aos temas estratégicos

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela organização para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro.

Indicadores

Os indicadores buscam traduzir a evolução no alcance de cada objetivo estratégico.

Metas

As metas estabelecem o nível desejado de cada indicador quando do alcance dos resultados finais.

Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos são iniciativas temporárias de grande magnitude que contribuem diretamente com um ou mais objetivos estratégicos. Os projetos estratégicos são definidos buscando sanar a lacuna entre o desempenho atual e o desejado..

Fonte: ENAP. Curso de Planejamento e Gestão Organizacional. (Apostila - módulo 2)

Mapa Estratégico Sinalizado

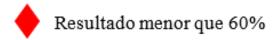
Mapa estratégico é um modelo utilizado para a representação simplificada da estratégia da organização, demonstrando as relações de causa e efeito entre os objetivos de diferentes perspectivas. Nele também são representados a missão, a visão e os valores da instituição, considerados direcionadores estratégicos.

O mapa estratégico sinalizado demonstra o desempenho dos objetivos estratégicos, através da média dos resultados alcançados por seus indicadores.

O critério utilizado nesse relatório para a sinalização dos objetivos estratégicos e indicadores foi:

Resultado igual ou maior que 90% da meta estabelecida

Resultado menor que 90%, porém, maior ou igual 60%





Objetivos sem apuração prevista para o período

1. Assegurar a satisfação do público externo

Esse objetivo é medido através de pesquisa realizada a cada dois anos. Em 2019, deve ser realizada nova pesquisa para apuração do objetivo estratégico.

7. Aprimorar a gestão da justiça criminal

O indicador estratégico desse objetivo é novo e precisa de linha de base para apuração. Para a próxima RAE, os dados já estarão disponíveis.





2 Aumentar a efetividade e celeridade nos trâmites judiciais%

Percentual de cumprimento: 93%

3. Ser eficiente nas rotinas de trabalho administrativo

Percentual de cumprimento: 109%

4. Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa

Percentual de cumprimento: 112%





Objetivos com desempenho satisfatório

5. Promover mecanismos de redução das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Percentual de cumprimento: 116%

11. Incrementar e modernizar os mecanismos tecnológicos

Percentual de cumprimento: 100%

12. Implantar e melhorar os processos de governança da tecnologia da informação, segurança da informação e riscos

Percentual de cumprimento: 100%





Objetivos com desempenho regular

9. Promover a melhoria do clima organizacional da instituição, da comunicação interna e da qualidade de vida

Percentual de cumprimento: 89%

10. Garantir infraestrutura física apropriada às necessidades da instituição

Percentual de cumprimento: 83%





Objetivos com desempenho insatisfatório

- **6. Intensificar mecanismos que fomentem soluções alternativas de conflito** Percentual de cumprimento: 40%
- 8. Potencializar o capital humano para a execução da estratégia Percentual de cumprimento: 50%
- 13. Aprimorar a gestão do orçamento alinhado ao plano estratégico Percentual de cumprimento: 21%





Indicadores com desempenho satisfatório

2.1 Tempo médio de Tramitação dos Processos de conhecimento Criminais Baixados no 1º grau

Percentual de cumprimento - 91%

2.2 Tempo médio de Tramitação dos Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º grau

Percentual de cumprimento - 95%

3.1 Taxa de desempenho dos processos redesenhados

Percentual de cumprimento - 107%

3.2 Número de servidores treinados em BPM

Percentual de cumprimento - 110%

4.1 Taxa na agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública

Percentual de cumprimento - 112%

5.2 Índice de concentração de processos dos maiores litigantes

Percentual de cumprimento - 116%

8.1 Taxa de novos servidores treinados

Percentual de cumprimento - 100%





9.2 Cumprimento do plano de ação de qualidade de vida no trabalho

Percentual de cumprimento- 100%

10.1 Cumprimento do plano de obras

Percentual de cumprimento - 100%

10.3 Índice de Atendimento de serviços

Percentual de cumprimento - 99%

12.1 Índice de Governança de TI (iGov - JUD)

Percentual de cumprimento - 94%

12.2 Cumprimento dos Acordos de Nível dos Serviços (SLAs)

Percentual de cumprimento - 93%

Análise dos Indicadores

Indicador com desempenho regular

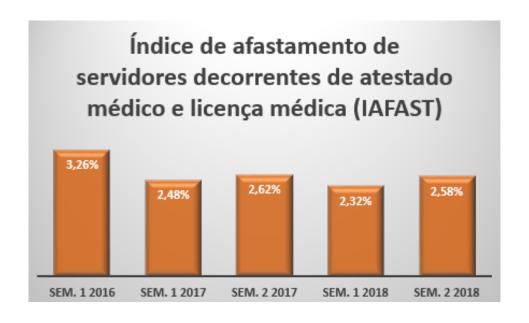
9.1 Índice de afastamento de servidores decorrentes de atestado médico e licença médica (IAFAST).

Fórmula de cálculo: {Dias de afastamento/(total de servidores X 180 dias)] x 100}

Periodicidade de apuração: Semestral
Unidade de Medida: Percentual

Meta: Reduzir para 2% o índice de afastamento **Área Responsável**: Secretaria de Gestão de Pessoal

Histórico do Indicador



Considerações

9.1 Índice de afastamento de servidores decorrentes de atestado médico e licença médica (IAFAST).

Para este indicador foram consideradas as licenças para tratamento de saúde inicial e prorrogação, licença para tratamento de saúde de pessoa da família, falta abonada por atestado médico e falta abonada por atestado médico para pessoa da família.

A Secretaria de Gestão de Pessoal informou que realizou as seguintes ações na tentativa de melhorar os resultados do indicador:

- Programa continuado de controle da pressão arterial — (Tribunal de Justiça, Fórum de Campo Grande e Cijus- atualmente, feito por demanda);
- Campanha Anual de Vacinação Antigripal;
- Acompanhamento psicossocial de servidores em licença médica acima de 60 dias. - Realizado por demanda;
- Acompanhamento psicossocial de servidores em readaptação funcional temporária. - Realizado por demanda.

Ações e recomendações

A Secretaria de Gestão de Pessoal se dispôs a manter os projetos do Programa Qualidade de Vida no Trabalho, além de implementar novos, com vistas a prevenir e reduzir doenças ocupacionais, as relacionadas à saúde mental e equilíbrio emocional, e assim, reduzir o índice de afastamentos no trabalho.

Análise dos Indicadores



Indicador com desempenho Insatisfatório

6.1 - Taxa de sessões positivas realizadas pelos CEJUSC's

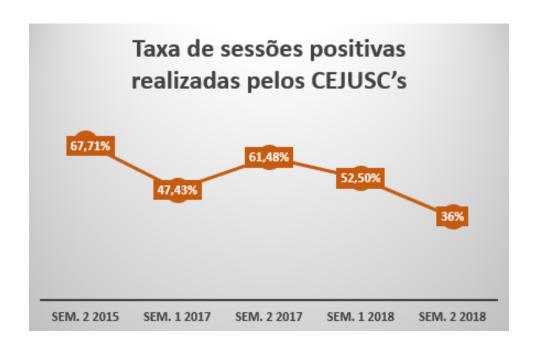
Fórmula de cálculo: (Somatório do número de sessões positivas realizadas/Somatório do número de sessões realizadas)*100

Periodicidade de apuração: Semestral
Unidade de Medida: Percentual

Meta: 58%

Área Responsável: NUPEMEC

Histórico do Indicador



Considerações

6.1 - Taxa de sessões positivas realizadas pelos CEJUSC's

 O NUPEMEC informou que os dados utilizados para apuração do indicador foram extraídos do Sistema Mediar e Conciliar, referente ao período de 01/07/2018 a 31/12/2018. Para obtenção do total de sessões realizadas pelos CEJUSCs foi necessário somar as mediações processuais, mediações pré-processuais, conciliações pré-processuais e conciliações processuais, conforme tabela abaixo:

	Sessões Realizadas	Acordos	%
Mediações processuais	689	411	60%
Mediações pré-processuais	1008	663	66%
Conciliações processuais	2274	312	14%
Conciliações pré-processuais	97	71	73%
Total	4068	1457	36%

A partir da análise da tabela verifica-se que as sessões préprocessuais apresentam melhores resultados de efetividade. Já em relação as sessões processuais, as mediações possuem maior taxa de acordo.

Apura-se que as conciliações processuais apresentam os piores resultados e pressionam o índice sob análise para baixo. Caso elas não fossem consideradas, o resultado obtido seria de 64%.

Segundo os responsáveis pelo indicador, o baixo número de acordo das conciliações processuais relaciona-se ao fato dos grandes litigantes terceirizarem a participação nas audiências para escritórios de advocacia, sem dar-lhes autorização para de fato transigirem. Na prática, os prepostos sequer oferecem proposta para negociação.

Considerações

6.1 - Taxa de sessões positivas realizadas pelos CEJUSC's

O NUPEMEC enfatiza que esta prática, além de impedir a obtenção de acordos nas sessões de conciliação, também gera grande prejuízo aos cofres públicos, vez que o Poder Judiciário tem despesas com a citação das partes e a remuneração dos conciliadores que atuarão em procedimentos antecipadamente sabidos infrutíferos.

A maior parte dos acordos obtidos em conciliações processuais advém de processo entre pessoas físicas.

O referido núcleo propõe as seguintes ações e recomendações para melhorar os resultados do indicador:

- Criação de campanhas junto à população que fomentem a utilização de procedimentos préprocessuais;
- Realização de parcerias com faculdades para divulgar nos cursos de Direito do Estado a Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, a fim de estimular junto aos operadores de Direito a cultura da pacificação social, ao invés da cultura de litigância;
- Criação de programas que preparem as partes para participarem de maneira mais assertiva das sessões de conciliação, vez que são obrigatórias, de acordo com o CPC/2015. Tais programas seriam semelhantes às Oficinas de Parentalidade, realizadas para pessoas que participarão de mediações em processos de família;
- Criação de programa de conscientização dos grandes litigantes e do selo "empresa amiga da justiça" com o objetivo de incluí-las na cultura de pacificação;
- Imposição de multa pelo magistrado quando o representante do grande litigante não apresentar proposta de acordo na audiência de conciliação

Análise dos Indicadores



Indicador com desempenho Insatisfatório

6.2 - Número de CEJUSC implantado

Fórmula de cálculo: Somatório das unidades de CEJUSC em funcionamento no período

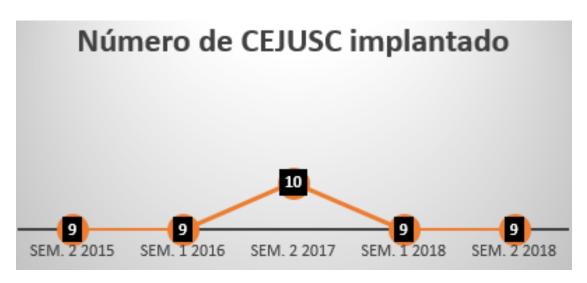
Periodicidade de apuração: Semestral

Unidade de Medida: Unidades de Cejusc funcionamento

Meta: 29

Área Responsável: NUPEMEC

Histórico do Indicador



Considerações

6.2 - Número de CEJUSC implantado

Segundo o Relatório Justiça em Números, divulgado pelo CNJ em 2018, o TJMS apresenta o quinto pior resultado, dentre os tribunais de pequeno porte, quanto ao número de Centros Judiciários de Solução de Conflitos, e o oitavo pior resultado na Justiça Estadual, conforme gráfico:

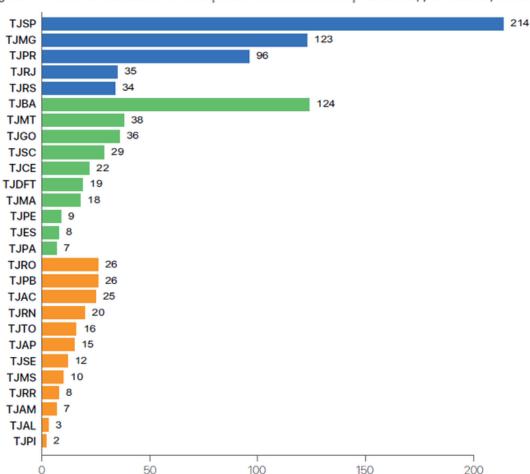


Figura 114: Centros Judiciários de Solução de Conflitos na Justiça Estadual, por tribunal, em 2017

O NUPEMEC afirma que o baixo resultado do número de CEJUSCs implantados é decorrente da falta de previsão orçamentária.

E, acrescenta, que as três últimas Gestões do PJMS indeferiram os pedidos de instalação de CEJUSC sob o argumento orçamentário.

O Núcleo prevê que o número de CEJUSC se mantenha o mesmo, sem a criação de novos, pelo motivo anteriormente explanado.

Dessa forma, recomenda a criação de previsão orçamentária para instalação de CEJUSCs.

Análise dos Indicadores



Indicador com desempenho Insatisfatório

10.2 Índice de solicitações de compras recebidas fora do prazo

Fórmula de cálculo: (Número total de solicitações de compras recebidas fora do prazo/Número total de solicitações de compras recebidas) x 100

Periodicidade de apuração: Anual Unidade de Medida: Percentual

Meta: 10%

Área Responsável: Secretaria de Bens e Serviços



Considerações

10.2 - Índice de solicitações recebidas fora do prazo

A Secretaria de Bens e Serviços, através da Coordenadoria da Compras, informou que se considerada a totalidade de solicitações recebidas fora do prazo, seja Compra Direta, Licitação ou Utilização de Ata de Registro de Preços, o índice seria de 20,45%.

Porém, como a modalidade Licitação, apresenta-se como o ponto mais crítico no setor, o indicador, desde 2017, analisa somente esse tipo solicitação.

A Coordenadoria de compras enfatiza a necessidade de planejamento das áreas demandantes, a fim de requererem as solicitações de compras dentro do prazo, principalmente quanto a licitações, haja vista o elevado aumento no índice, em relação ao levantamento realizado no ano/exercício anterior, 2017 -36,23% e 2018-45,25% (aumento de 9,02%).

Para 2018, os prazos foram definidos no início do mês de abril, sendo publicado o "Calendário de encerramento do exercício financeiro de 2018" constando os prazos limites para solicitações. No entanto, diversas solicitações foram encaminhadas após o prazo previamente estabelecido.

Índice individualizado por modalidade de solicitações de Compras recebidas fora do prazo em 2018:

- Compra Direta: 9%
- Utilização de Ata de Registro de preços:9,37% (*utilizando por analogia o mesmo prazo limite de contratação direta)
- Licitação: 45,25%

Considerações

10.2 - Índice de solicitações recebidas fora do prazo

Ações e recomendações

A Coordenadoria de Compras recomenda que a Administração do órgão conscientize as áreas acerca da necessidade do planejamento de suas demandas, o que consequentemente, aumentaria o atendimento aos prazos previamente definidos em cada exercício financeiro.

- A referida Coordenadoria destaca que encontra dificuldades na coleta dos dados do indicador, e sugere melhoria no Sistema SCDPA para que os relatórios permitam verificar os números dos documentos recebidos em cada área, sua data de envio e a data de recebimento na coordenadoria a que se destina.
- Atualmente, a coleta dos dados é feita por controle em tabela na planilha do Excel, visto que quando da solicitação de geração de relatório, o SCDPA apenas mostra a quantidade de documentos recebidos/enviados/criados/ arquivados.

Análise dos Indicadores



Indicador com desempenho Insatisfatório

13.1 Taxa de execução orçamentária dos projetos estratégicos

Fórmula de cálculo: (Valor executado dos projetos estratégicos/Valor planejado para os projetos estratégicos)*100

Periodicidade de apuração: Anual Unidade de Medida: Percentual

Meta: 80%

Área Responsável: Secretaria de Finanças



Por questões de restrição orçamentária, alguns projetos estratégicos sofreram alterações nos cronogramas, impactando diretamente no resultado do indicador.

A Secretaria de Finanças, área responsável pelo indicador, não recomendou nenhuma ação de correção para melhoria do desempenho do indicador.



Revisão do Plano Estratégico 2015-2020

Considerando que o planejamento estratégico é dinâmico e exige constante atualização, entre janeiro e fevereiro de 2019 foi realizada a revisão dos indicadores estratégicos junto às áreas responsáveis.

Com isso, alguns indicadores foram excluídos do plano estratégico, por terem sido cumpridos ou por não serem mais oportunos, e outros indicadores foram criados, considerando-se as demandas do TJMS e do CNJ.

2.1 Indicadores Excluídos

5.1 - Percentual de cumprimento de monitoramento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Fórmula de cálculo: Não há fórmula Periodicidade de apuração: Anual

Unidade de medida: Percentual Meta: 60%

Área Responsável: Assessoria de Planejamento

Esse indicador foi excluído do plano estratégico, pois, a base de dados precisa ser aperfeiçoada para gerar informações com maior nível de confiança. Oportunamente, esse indicador poderá ser reinserido no plano estratégico.

7.1 - ENASP - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

Fórmula de cálculo: (Ações penais julgadas/Acervo das ações penais) * 100

Periodicidade de apuração: Anual

Unidade de medida: Percentual Meta: 70%

Área Responsável: Assessoria de Planejamento

Esse indicador foi excluído por ter deixado de existir a meta ENASP no CNJ.



11.1 Lacuna de tecnologia da informação e comunicação para o projeto Elaboração de implantação de modelo e software de gestão de desempenho dos oficiais de justiça

Fórmula de cálculo: Não há fórmula Periodicidade de apuração: Anual

Unidade de medida: Percentual Meta: 60%

Área Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação

Esse indicador foi excluído pois foi cumprido integralmente.

Novos Indicadores

2.3 Índice de Atendimento à Demanda no Primeiro Grau

Fórmula de cálculo: (TBaixC1° + TBaixEx1°) / (CNC1° + CnEx1°)

Periodicidade de apuração: Semestral

Unidade de medida: Percentual Meta: 101%

Área Responsável: Assessoria de Planejamento

7.1 Casos pendentes de conhecimento em violência doméstica contra a mulher

Fórmula de cálculo: Cálculo realizado conforme Portaria CNJ n. 15.

Periodicidade de apuração: Semestral

Unidade de medida: Número de casos pendentes Meta: 101%

Área Responsável: Assessoria de Planejamento

Projetos Estratégicos

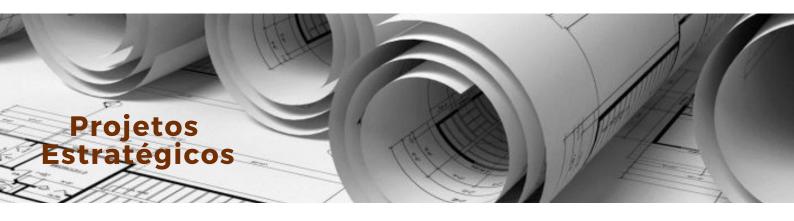
Diante do aumento da exigência de qualidade nos serviços públicos por parte da sociedade e do foco em melhoria de gestão que o CNJ — Conselho Nacional de Justiça - preconiza, o Poder Judiciário tem adotado um modelo de administração pública gerencial, voltado para resultados e focada na prestação de um serviço público de qualidade.

Neste contexto o Tribunal de Justiça Sul-mato-grossense, tem utilizado a metodologia de gerenciamento de projetos, como uma das ferramentas para a implementação da estratégia no órgão.

Esta metodologia vem ganhando cada vez mais evidência, tendo em vista que comumente os projetos são utilizados como uma forma de alcançar os objetivos estratégicos organizacionais e ao mesmo tempo apoiar a alta administração através de relatórios de desempenho, oferecendo insumos para a tomada de decisão.

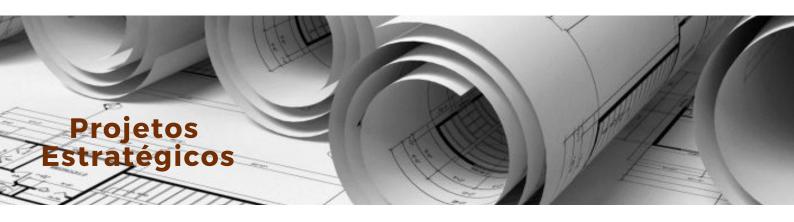
No Planejamento estratégico vigente, constam 21 (vinte e um) projetos estratégicos, elaborados pelas áreas administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça. Conforme a metodologia de gerenciamento de projetos, editada através do Anexo I, do Provimento nº. 245, de 25 de outubro de 2011, a incumbência pela elaboração e execução dos projetos estratégicos, são dos gerentes de projetos indicados pelas áreas.

Apresentaremos a seguir um contexto geral da execução dos projetos ao longo do Planejamento Estratégico vigente, que finda em 2020.



Projetos Estratégicos Concluídos

- Elaboração e Implantação de Modelo e Software de Gestão de Desempenho dos Oficiais de Justiça - Secretaria Judiciária de Primeiro Grau;
- 2. Redesenho de Rotinas de Trabalho do PJMS Assessoria de Planejamento;
- 3. Modernização e Reestruturação dos Procedimentos da Unidade de Controle Interno Controle Interno;
- 4. Criação do Núcleo de Monitoramento de Perfil de Demandas Repetitivas Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça;
- 5. Implantação dos CEJUSCs Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos;
- 6. Oficinas de Estímulo a Iniciativas Estratégicas Assessoria de Planejamento;
- 7. Implantação de Infraestrutura para a Realização de Audiências, por Videoconferência, dos Réus Presos - Secretaria de Tecnologia da Informação;
- 8. Estabilidade Financeira Secretaria de Gestão de Pessoal;
- 9. Enquadramento do Cargo de Analista Judiciário nas Escalas de Pagamento do Cargo de Técnico de Nível Superior - Secretaria de Gestão de Pessoal.
- 10. Implantação de Oficinas de Parentalidade NUPEMEC

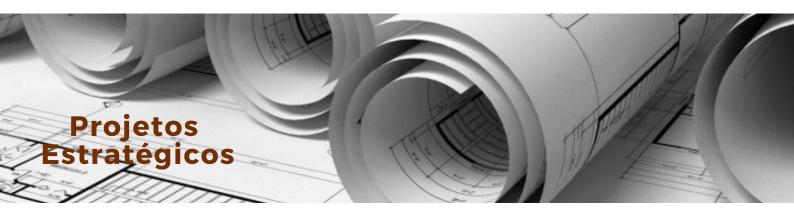


Projetos Estratégicos em Andamento

- Selo Jurisdição Eficiente no âmbito das Unidades Judiciais de 1º Grau -Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça;
 Percentual de cumprimento: 80%
- Selo Justiça pela Paz em Casa Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar Percentual de cumprimento: 60%
- Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Administração Judiciária - Responsável: Secretaria da Escola Judicial Percentual de cumprimento: 90%
- Elaboração e Implantação do Modelo de Gestão por Competências -Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoal Percentual de cumprimento: 90%
- Elaboração e Implantação do Programa de Remuneração Variável -Responsável: Secretaria Judiciária de Primeiro Grau Percentual de cumprimento: 80%
- Implantação do Plano de Obras Responsável: Secretaria de Obras Percentual de cumprimento: 83%

Projetos Estratégicos que Serão Iniciados em 2019

• Implantação do Projeto de Energia Fotovoltaica - Secretaria de Obras.



Projetos Estratégicos com Início Atrasado

Os projetos estratégicos abaixo estão com a data de início atrasadas, ou seja, deveriam ter iniciado, no entanto até o final do 2º semestre de 2018.

 Elaboração e Implantação do Programa de Desenvolvimento de Gestores

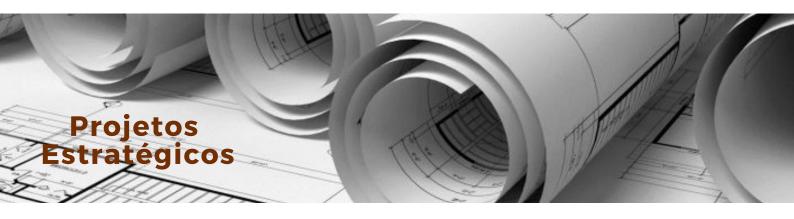
Responsável: Secretaria da Escola Judicial.

Para este projeto não há previsão de início, pois a área responsável pela execução do projeto, Secretaria da Escola Judicial, não se manifestou a respeito do cronograma inicial de execução mesmo após inúmeras tentativas realizadas pela Assessoria de Planejamento.

• Implantação de Controle de Acesso Setorizado

Responsável: Assessoria de Inteligência.

Segundo a área responsável pela execução do projeto, Assessoria de Inteligência, houve a expansão do sistema de controle de acesso já existente, com a instalação de novos equipamentos com identificação biométrica e cartão de proximidade nos corredores que dão acesso à Presidência e aos gabinetes dos Desembargadores, e serão necessários ajustes na configuração inicial do sistema de Controle de Acesso Setorizado. Para isto, a Assessoria de Inteligência solicitará que seja licitada a contratação de empresa especializada para a realização dos levantamentos técnicos e financeiros que resultarão no desenho e formatação do projeto de Controle de Acesso Setorizado, a ser submetido à apreciação do Comitê de Gestão Estratégica.



Projetos Estratégicos com Início Atrasado

Implantação de Data Center Redundante

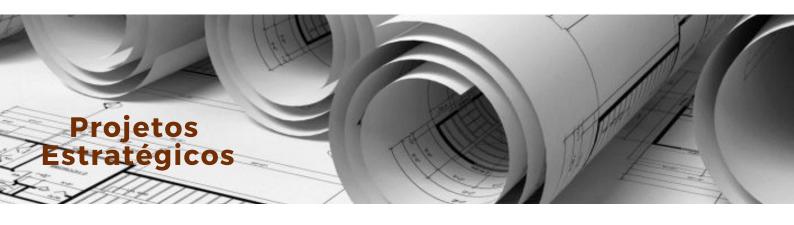
Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Embora este projeto seja de considerável relevância, as recentes limitações financeiras impuseram ao Comitê de Governança de TIC e, consequentemente, a esta Secretaria de Tecnologia da Informação, área responsável pela execução do projeto, a adoção de uma postura de maior austeridade na priorização de suas demandas, limitando os recursos disponíveis para outros investimentos, priorizados pela Administração, aguardando estudos técnicos futuros que apontarão sua viabilidade.

Implantação de sistema integrado SIC-PJMS para gestão de custos e orçamento

Responsável: Secretaria de Finanças.

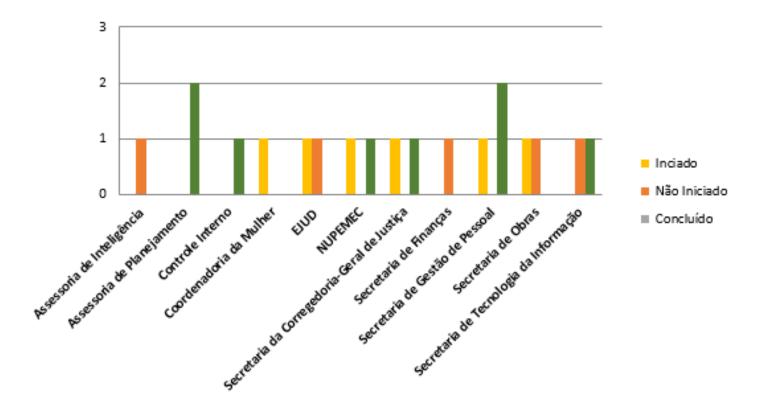
Projeto previsto para início em março de 2018, porém até o final do 2° semestre do corrente ano o projeto não foi iniciado e a área responsável, Secretaria de Finanças, não apresentou nenhuma justificativa.

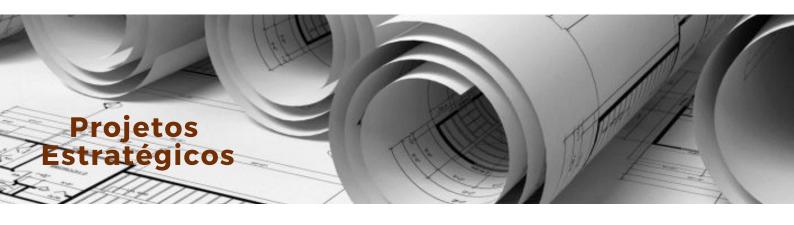


Projetos Estratégicos por Secretaria

Conforme tabela abaixo, podemos verificar que temos em média 1,66 (um vírgula sessenta e seis) projetos por área. Tendo em vista que o planejamento tem a vigência de 5 (cinco) anos, constata-se que é um número ínfimo de ações a serem executadas durante este período.

Projetos Estratégicos por Secretaria

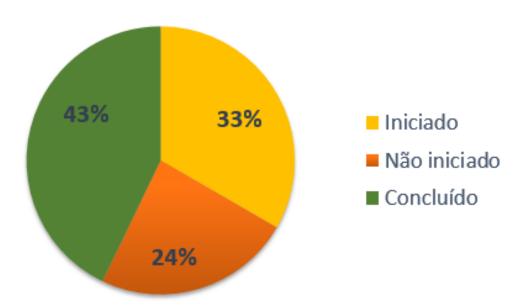




Projetos Estratégicos por Secretaria

Outra análise realizada é quanto a taxa de projetos em andamento e concluídos, conforme gráfico abaixo, é de 76% (setenta e seis), percentual um tanto preocupante, uma vez que o plano tem vigência de 2015-2020 e 24% dos projetos ainda não foram iniciados.

Desempenho dos Projetos Estratégicos



Dados Estatísticos

Panorama referente ao primeiro e segundo semestre 2018 do Plano Estratégico 2015-2020

"A Jurimetria é a aproximação de dois conhecimentos, o jurídico e o estatístico. Pode-se defini-la como conhecimento sobre a mensuração de fatos jurídicos, entendidos como decisões judiciais e administrativas, crescimento do número de processos em andamento, relação entre a quantidade de juízes e a população etc."

(Fábio Ulhoa Coelho - Professor Titular de Direito Comercial PUC-SP)

Casos Novos x Baixados

A quantidade de processos novos e a capacidade de baixa crescem de forma descompassada. Não obstante o esforço crescente dos magistrados e servidores, a diferença não está sendo superada, o que resulta na defasagem entre o número de processos iniciados e o número de processos terminados, conforme refletem os números abaixo:

	Casos Novos	Baixados
Justiça Comum	203.546	194.223
Juizados	95.569	94.774



Casos Novos X Baixados

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) é um indicador de desempenho que é calculado pelos valores de casos novos e baixados. Esse indicador reflete a capacidade das Cortes darem vazão ao volume de casos ingressados. O ideal é alcançar índices superiores a 100% para evitar aumento dos casos pendentes. Porém, segundo Relatório publicado pelo CNJ (Justiça em Números 2018, pg. 114), o 1º Grau do PJMS apresentou IAD de 93%.

Quanto ao Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), medida de produtividade e eficiência relativa dos tribunais, o TJMS (1º Grau da Área Judiciária) obteve resultado de 76%, enquanto a média dos Tribunais Estaduais é de 87%.

Destaca-se que o IPC-Jus exprime o quanto o Tribunal deveria ter baixado em número de processos para que, em 2017, pudesse alcançar a eficiência máxima. Sendo assim, diante dos dados expostos, para que o PJMS atinja 100% de eficiência, é fundamental aumentar o número de processos baixados.



Sentenciados

Embora o número de sentenças no ano de 2018, na Justiça Comum, superem o quantitativo de processos baixados, os valores foram inferiores em relação aos casos novos.

De forma contrária, nos Juizados as sentenças do ano de 2018 superaram os casos novos, bem como os processos baixados.

Ano 2018 Justiça Comum 197.844 Juizados 99.558

Pendentes

O Glossário da Resolução n. 76 CNJ define que todos os processos não baixados são considerados pendentes.

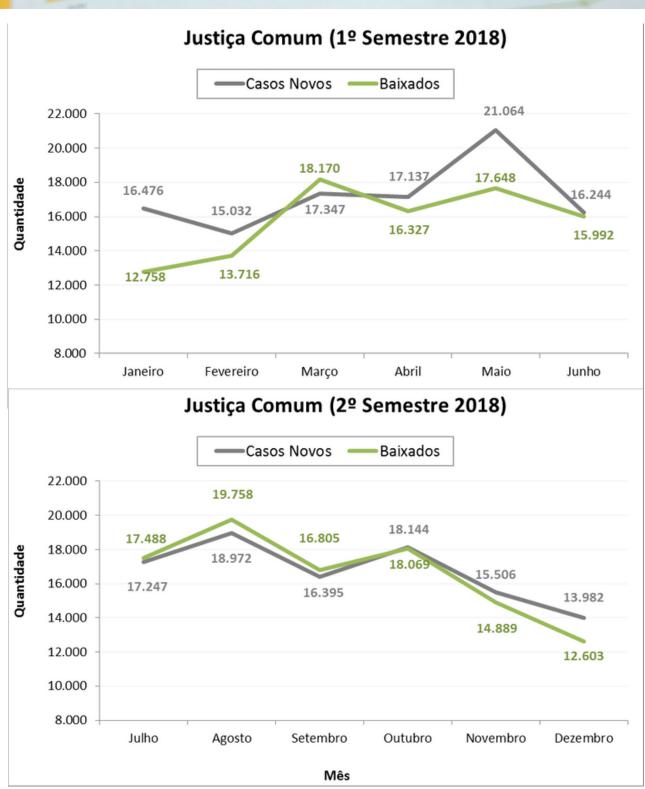
No ano de 2018, na Justiça Comum, praticamente não houve crescimento do estoque. Os Juizados apresentaram diminuição de 2,8%.

Ano 2018

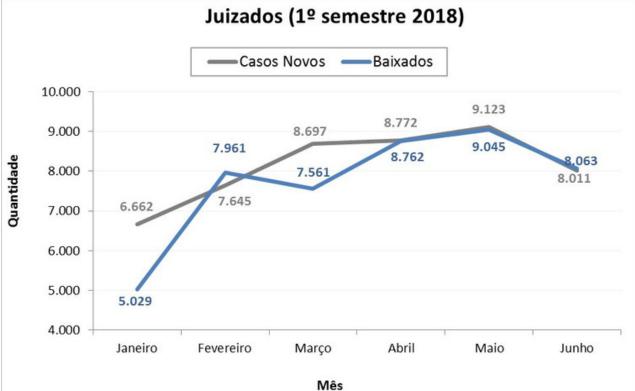
1'	° Semestre	2° Semestre
Justiça Comum	784.491	784.739
Juizados	83.047	80.757

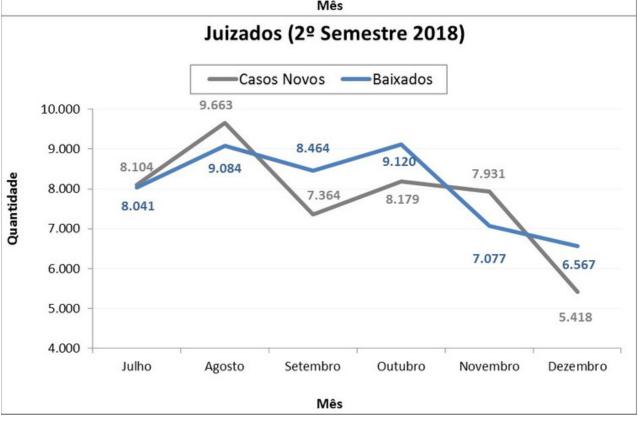
O total de processos pendentes no final do período e a quantidade de baixados no ano, reflete diretamente na Taxa de Congestionamento, outro indicador do Relatório Justiça em Números.



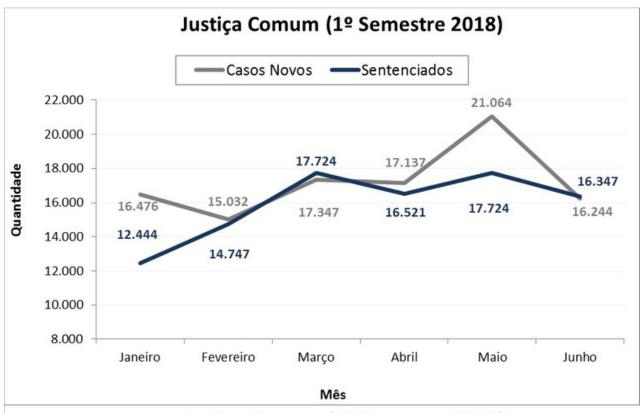


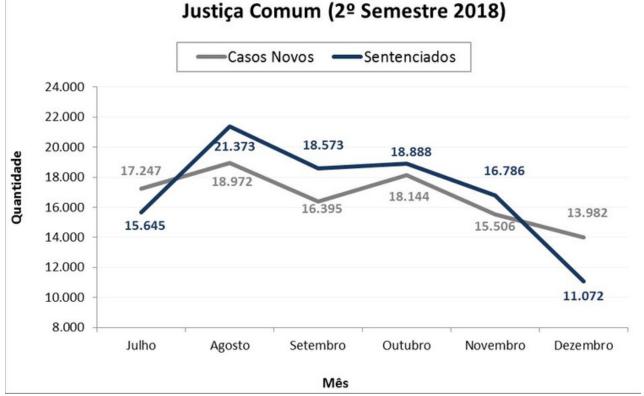




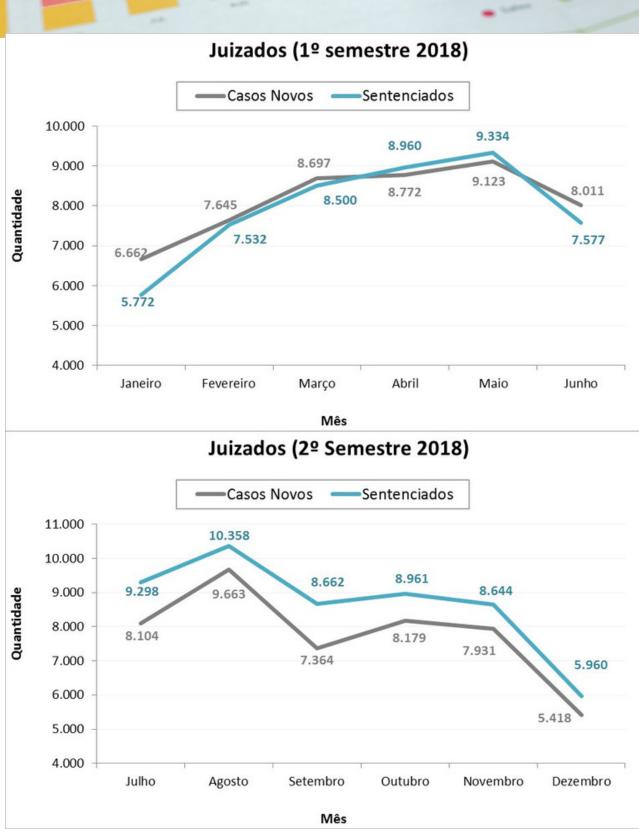














Casos Novos				
Tipo	2018 (1º Semestre)	2018 (2º Semestre)		
	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior	
Justiça Comum	103.300	100.246	-3,0%	
Juizados	48.910	46.659	-4,6%	

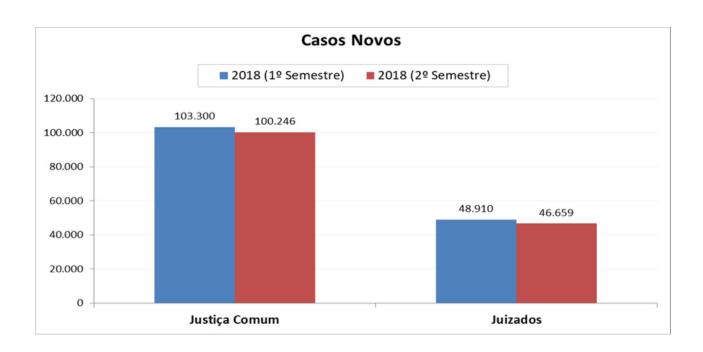
Pendentes				
	2018 (1º Semestre)	2018 (2º Semestre)		
Tipo	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior	
Justiça Comum	784.491	784.739	0,0%	
Juizados	83.047	80.757	-2,8%	



Baixados				
	2018 (1º Semestre) 2018 (2º Sem		^o Semestre)	
Tipo	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior	
Justiça Comum	94.611	99.612	1 5,3%	
Juizados	46.421	48.353	1 4,2%	

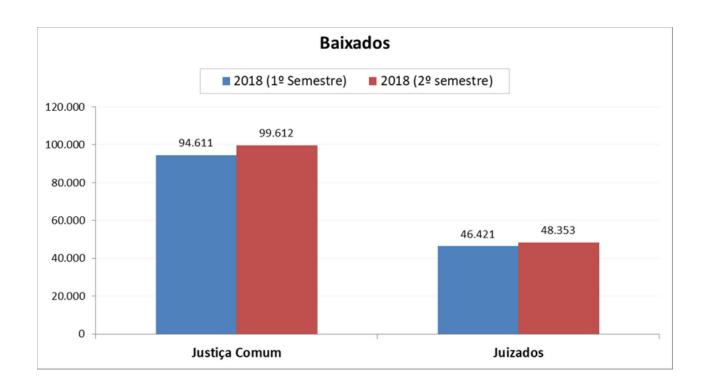
Sentenciados			
	2018 (1º Semestre)	2018 (2º Semestre)	
Tipo	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior
Justiça Comum	95.507	102.337	7,2%
Juizados	47.675	51.883	1 8,8%





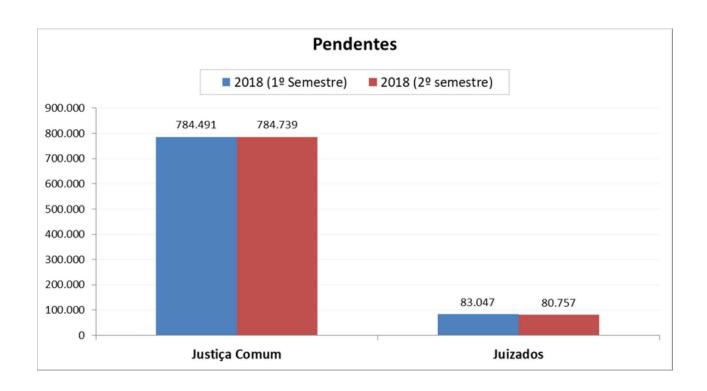
	Casos I	Novos	
	2018 (1º Semestre) 2018 (2º Semestr		² Semestre)
Tipo	Quantidade	Quantidade	Variação com semestre anterior
Justiça Comum	103.300	100.246	-3,0%
Juizados	48.910	46.659	_4,6%





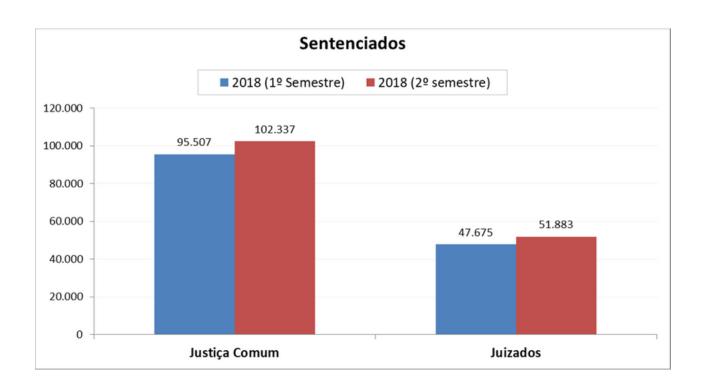
Baixados				
Tipo	2018 (1º Semestre) 2018 (2º Semestre)		2º Semestre)	
	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior	
Justiça Comum	94.611	99.612	5,3%	
Juizados	46.421	48.353	4,2%	





Pendentes			
Tipo	2018 (1º Semestre)	2018 (2º Semestre)	
	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior
Justiça Comum	784.491	784.739	0,0%
Juizados	83.047	80.757	-2,8%





Sentenciados				
Tipo	2018 (1º Semestre) 2018 (2º Semestre)		2º Semestre)	
	Quantidade	Quantidade	Variação com o semestre anterior	
Justiça Comum	95.507	102.337	7,2%	
Juizados	47.675	51.883	1 8,8%	



1. Participação na Reunião de Análise da Estratégia

Sugerimos convidar os responsáveis das áreas que apresentaram indicadores com resultados regulares e insatisfatórios para a próxima Reunião de Análise da Estratégia com o propósito de serem discutidas ações de correção e projetos estratégicos, a fim de alavancar os resultados.

2. Agenda

Propõe-se que as próximas Reuniões de Análise da Estratégia ocorram nas seguintes datas:

- 17 de julho
- 24 de agosto



Assessoria de Planejamento

Diretor de planejamento - Newton Cesco Junior

E-mail: newton.cesco@tjms.jus.br

Telefone: (67) 3314-1550

Coordenadoria de Planos Institucionais - Josiany Angelica S. Oliveira

E-mail: josiany.oliveira@tjms.jus.br

Telefone: (67) 3314-1387

Coordenadoria de Projetos e Racionalização - Viviane de Pinho

E-mail: viviane.pinho@tjms.jus.br

Telefone: (67) 3314-1764

Coordenadoria de Estatística - Valdir Casagranda

E-mail: valdir.casagranda@tjms.jus.br

Telefone: (67) 3314-1725